



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

LÍVIA SILVA DO NASCIMENTO

**A PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
LAGOA SECA-PB E A QUESTÃO DE GÊNERO**

CAMPINA GRANDE

2017

LÍVIA SILVA DO NASCIMENTO

**A PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
LAGOA SECA-PB E A QUESTÃO DE GÊNERO**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da professora Dra. Sonia Maria de Lira.

CAMPINA GRANDE

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

N244p Nascimento, Livia Silva do.
A prática de ensino de geografia em escolas do município de Lagoa Seca-PB e a questão de gênero / Livia Silva do Nascimento. – Campina Grande, 2017.
56 f.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Profa. Dra. Sonia Maria de Lira".
Referências.

1. Educação – Prática de Ensino. 2. Ensino de Geografia. 3. Cidadania – Questão de Gênero. I. Lira, Sonia Maria de. II. Título.

CDU 37.016(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

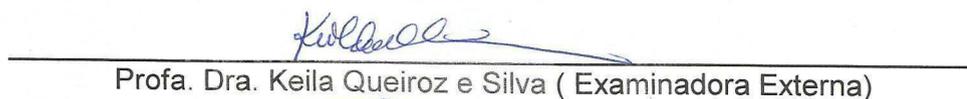
FOLHA DE APROVAÇÃO

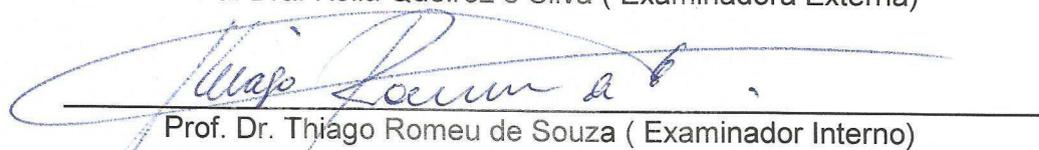
BANCA EXAMINADORA DE: LÍVIA SILVA DO NASCIMENTO

TÍTULO: A PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
LAGOA SECA-PB E A QUESTÃO DE GÊNERO

Campina Grande (PB), 23 de março de 2017.


Prof. Dra. Sonia Maria de Lira (UFCG - Orientadora)


Prof. Dra. Keila Queiroz e Silva (Examinadora Externa)


Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza (Examinador Interno)

A meu **Avôhai**, Valdemar, a quem agradeço por tudo que tive, tenho e um dia terei, pois foram seus ensinamentos, esforços, tudo que me deu e principalmente, tudo o que me negou, que me moldaram na pessoa que sou e me proporcionou chegar onde cheguei.

A meu Talis**Mãe**, meu espelho, de calmas e excessos. Não só este trabalho, mas a vida. Meu trevo de quatro folhas.

À minha família, avós, irmã, tios e primos, que de modo geral participaram da minha vida social e acadêmica, ainda que indiretamente. Em especial meus padrinhos, **Valdez** e **Valdinete**, os quais, por muitas vezes, me ofereceram esforços e abrigo.

A meu companheiro, **Givanklifferson**, que andou ao meu lado nesta etapa de minha vida, oferecendo o que tinha e muitas vezes o que não tinha, para que fosse possível chegar até aqui, além de apoio e carinho.

A Sonia **Maria**, que antes de qualquer outro me auxiliou durante minha graduação, me ajudou na conclusão dessa pesquisa, a crescer e a perder muitos medos, inclusive dela.

AGRADECIMENTOS

À **Entidade de luz** que me guia, e me trouxe até aqui. “Um abraço para quem é ateu, axé para quem é de axé, amém para quem é de amém, blessed para quem é de magia, e amor para quem é do bem” (Souza Anamari).

À minha orientadora **Sonia Maria de Lira**, a quem agradeço primordialmente, por toda confiança, incentivo e construção do conhecimento dentro da academia e, principalmente, por acreditar nas minhas capacidades, quando eu mesma não acreditei, além de me abraçar com o coração, ato para raros, a maioria abraça com o ego.

Aos **professores da** Unidade Acadêmica de **Geografia** que, durante esses anos, me formaram para o curso e ainda que não saibam, para a vida. Uns, ensinamentos para seguir, outros nem tanto.

A todos os **companheiros de curso** que me seguiram nessa jornada, uns, mais tempo que outros, mas que tiveram grande importância em minha graduação, em especial **Letícia** e **Iranildo**, presentes da Geografia.

Ao grupo de pesquisa **GPPEG**, a qual faço parte, que junto a **seus membros**, me acompanharam nos erros e acertos durante minha formação e meu mergulho na temática de gênero, me auxiliando sempre que precisei.

Aos **professores da rede pública de Lagoa Seca –PB**, que contribuíram com esta pesquisa.

Obrigada!

“Ao fazermos estas considerações, outra coisa não estamos tentando senão defender o caráter eminentemente pedagógico da revolução”.

(Paulo Freire)

RESUMO

As relações de gênero no âmbito socioespacial se desenvolvem de maneira desigual e altamente discriminatória, pois partem de uma sociedade culturalmente machista, tradicional, burguesa e regida por doutrinações religiosas segregacionistas e preconceituosas que impõem, principalmente para as mulheres, regras sociais desequilibradas e ilógicas. Muitos são os que compreendem a necessidade de mudança mediante uma sociedade que é tão plural, quanto anti-plural e lutam para essas mudanças acontecerem. Mas, não podemos deixar de mencionar também, que como esperado de um tema que ainda é um tabu, mesmo diante de toda modificação ocorrida na sociedade, ainda acarreta preconceitos advindos da desinformação e que isso se aplica também ao espaço escolar e a(o)s profissionais da educação. Essas relações, por serem naturalizadas e relacionadas a outros fatores, trazem dentre outras consequências, violência psicológica e física para com a parcela da população que não atende aos padrões estabelecidos. Neste sentido, compreendendo a escola como um ambiente em que as inter-relações socioespaciais ocorrem e onde deveria haver a formação cidadã, destacamos a importância das análises e reflexões sobre as relações de gênero na sala de aula, principalmente pela Geografia escolar. Neste contexto, essa pesquisa buscou analisar como/se os professores de Geografia de duas escolas públicas do município de Lagoa Seca – PB, trabalham as questões de gênero, em sala de aula, a partir da Geografia escolar, além de fazer uma breve análise sobre as relações de gênero no decorrer das épocas e algumas considerações a respeito de legislações que abarcam essa temática. Para tal, utilizamos a metodologia qualitativa através do uso da entrevista semiestruturada a fim de investigar junto ao corpo docente de Geografia nestas escolas, bem como de sua administração, se os mesmos já utilizaram essas discussões em sala ou no ambiente escolar. Desse modo, identificamos que muitas mudanças existiram no ambiente escolar acerca das discussões que abrangem as minorias e os temas que abordam a diversidade, e no que diz respeito às questões de gênero isso não poderia ser diferente. No entanto, existem aquele(a)s que defendem que este é um papel da escola e outros que dizem que esta é função da família. Além disso, os comentários machistas e preconceituosos feitos por outros segmentos da escola ao saberem da pesquisa demonstram como o espaço escolar é permeado por misoginia, homofobia e exclusões. Por isso, mais do que nunca, a Geografia e, especificamente, a Geografia escolar, não podem se furtar a ampliar esse debate, em busca da construção de uma sociedade menos discriminatória e excludente.

Palavras chave: Ensino de Geografia, Gênero, cidadania.

ABSTRACT

Gender relations develop highly unevenly and discriminatory in socio-spatial perspective, because they arise from a sexist, conservative, bourgeois and segregationist religion-based society that imposes, mainly for women, unbalanced and illogical rules. Many individuals understand the need of change in such plural and anti-plural society, and fight for these changes to happen. However, we must mention that, as expected from a theme that is still a taboo, even with all changes society has been through, there are still prejudices arising from misinformation and this is also applied to school space and educators. From these relations, usually naturalized and related to others factors, result psychological and physical violence to the part of population that do not attend these preconceived standards. In this sense, taking school as an environment where socio-spatial relationships take place and where should have citizen training available, we highlight the importance of the existence of assessments and reflections on gender relations inside classroom, specially in School geography. In this context, this research sought to analyze how/if Geography teachers from two public schools of *Lagoa Seca/PB* work such issues in their classes, based on School geography, and also make a brief analysis on gender relations in the course of time and the legal aspects about this theme. To achieve it, it has been used qualitative methodology by using semi structured interview of Geography academic staff, and its administration, aiming to know if they had already made room for discussions about this matter in their classes or in school environment. This way, we recognized many changes in school environment about themes that approaches minorities and diversity, and it could not be different about gender relations. However, there are those who argue that this is a role of the school and others who say that this is a family function. In addition, sexist and prejudiced comments made by others segments of school when they know upon the research exposes how much school space is still permeated with misogyny, homophobia and segregation. Therefore, more than ever, Geography and, specifically, School geography cannot shy away from maximizing this debate, in search of building a less discriminatory and exclusionary society.

Keywords: Geography teaching, Gender, Citizenship.

Sumário

Introdução	10
Metodologia.....	12
1 A DISCUSSÃO DE GÊNERO DO PONTO DE VISTA ACADÊMICO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PAPEL DA “MULHER”NA SOCIEDADE.....	14
1.1 Abordando gênero como categoria de análise.....	15
1.2 Algumas reflexões sobre a construção histórica da mulher e seu papel socioespacial.....	17
2 LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS, PARÂMETROS CURRICULARES E ALGUMAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS QUE TRATAM DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO.....	21
2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/1996)	22
2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	23
2.3 Plano Nacional da Educação (Lei Nº 13005/2014)	24
2.4 Ações do Conselho Nacional da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.....	25
3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS, O ENSINO DE GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO DE GÊNERO.....	28
3.1 Importância do ensino crítico de Geografia.....	28
3.1.1 O ensino da Geografia Crítica e algumas análises de Vesentini.....	29
3.1.2 O ensino de Geografia na perspectiva construtivista: Lana Cavalcanti.....	31
3.2 Discussão de gênero e o ensino de Geografia.....	31
4 A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-PB E O ENSINO DE GEOGRAFIA NESTE CONTEXTO.....	35
4.1 Resultados.....	35
4.1.1 Análise comparativa entre duas posições divergentes.....	36
4.1.2 Análise geral das entrevistas.....	37
4.2 Alternativas para a apresentação da discussão de gênero em sala de aula.....	38
Considerações Finais.....	41
Referências.....	42
APÊNDICES	

Introdução

Diante das diversas mudanças socioculturais, espaciais e históricas ocorridas no decorrer das décadas do século XX, as quais envolveram as discussões de gênero, tornaram-se necessárias mudanças no campo dos direitos cidadãos, para, independente da orientação sexual ou de gênero, as pessoas passarem a ser mais respeitadas.

Para ampliar a importância dessa afirmação, pode-se ressaltar o maior documento, legislativo existente no Brasil, a Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 3º e 5º determina:

Art.3º [...] I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988, p. 5).

Nesse sentido, destaca-se, que para, independente do seu cumprimento, ou não, a igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, põe-se assegurada perante a lei no Brasil. Mas, trazendo essas discussões para os debates atuais e a conjuntura política em que se encontra o nosso país, a igualdade de direitos, tem sido respeitada? Diante das enormes taxas de mortalidade e de direitos civis violados quando se tratam das mulheres e pessoas que se identificam com gêneros diferentes da heteronormatividade, seus lugares na sociedade são igualmente respeitados? Enfatiza-se que não. Pois cresce a cada dia a violência contra esses sujeitos, em nosso país, e a negação dos direitos já conquistados a partir das legislações vigentes.

Diante dessa realidade e da importância da educação geográfica e para a ampliação desses debates, este trabalho visa analisar se os professores de Geografia de escolas de Lagoa Seca/PB trabalham sobre as questões de gênero em sala de aula, ou se o espaço escolar oferece condições e abertura para essas discussões. A partir dos objetivos específicos abordaremos de maneira sucinta sobre a discussão de gênero na perspectiva conceitual e histórica, destacando o papel da mulher nessa construção, como também verificaremos as leis que abarcam a necessidade da discussão de gênero nas escolas e se este trabalho está ocorrendo na disciplina geográfica, em escolas de Lagoa Seca/PB.

Deste modo, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos subsequentes. No primeiro foi abordado sobre como se dá a discussão de gênero no âmbito acadêmico, ou seja, como é vista a categoria de gênero no meio científico, além de discutir brevemente a trajetória da mulher e sua construção social historicamente. No segundo capítulo aborda-se as legislações e ações governamentais que se impõem em detrimento da diversidade e pluralidade social, bem como a partir das demandas da sociedade civil organizada. O terceiro expõe acerca do ensino da Geografia escolar, relacionando com algumas concepções geográficas e a necessidade da discussão de gênero nesta disciplina. O quarto e último capítulo apresenta a pesquisa empírica feita em duas escolas do município de Lagoa Seca-PB, com relação ao trabalho dos professores de Geografia, em detrimento a esta temática, buscando-se analisar como estes profissionais ou a própria escola oferecem aportes ou abertura para tal trabalho, tão importante e urgente na atualidade.

Metodologia

A partir dos objetivos delineados neste trabalho, escolheu-se por construí-lo através da pesquisa qualitativa, pois segundo Bogdan e Biklen (1982) citado por Ludke e André (1986, p. 13) “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, [ênfatizando] mais o processo do que o produto e se [preocupando] em retratar a perspectiva dos participantes”.

Neste contexto, iniciou-se a pesquisa mediante uma revisão bibliográfica, fazendo uma breve investigação histórico-estrutural, tentando não apenas analisar a situação em que se encontram os fenômenos apresentados, mas como historicamente eles foram se concretizando no espaço.

A investigação histórico-estrutural:

Aprecia o desenvolvimento do fenômeno não só em sua visão atual que marca apenas o início da análise, como também penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico (TRIVIÑOS, 2014, p.129).

Entende-se desta maneira, que a pesquisa visa investigar aspectos passados relacionados à situação em que se encontram os sujeitos no espaço, tentando compreender o que os levou a encontrar-se naquela situação discriminatória.

Tendo em vista essa perspectiva, esse instrumento metodológico pode servir de suporte para análise dos dados da investigação empírica, relacionando-a aos aportes teóricos, no intuito de evidenciar a realidade vivida pelo sujeito e se possível, meios para transformação socioespacial.

Neste sentido, foi usada também a entrevista semiestruturada no intuito de investigar, se/e como os professores das referentes escolas analisadas trabalham as relações de gênero no ambiente escolar, e como os mesmos entendem a importância desse trabalho para o ensino de Geografia.

Optou-se por esse tipo de entrevista, pois a mesma:

Parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se

recebem as respostas do informante (entrevistado) (TRIVIÑOS, op. cit., p.146).

Desta forma, estes instrumentos metodológicos contribuíram para o entendimento sobre o ensino de Geografia a partir das discussões de gênero em escolas do município de Lagoa Seca-PB, contribuindo com propostas para novas práticas que favoreçam outras inter-relações menos discriminatórias no espaço escolar e na sociedade.

CAPÍTULO I

A DISCUSSÃO DE GÊNERO DO PONTO DE VISTA ACADÊMICO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PAPEL DA “MULHER” NA SOCIEDADE

Diante dos diversos estudos e debates feitos acerca do conceito de gênero, bem como das divergências que esse conceito provocou e até hoje provoca, verifica-se que uma das controvérsias ligadas ao tema, se refere ao papel social e psicológico do sujeito e não apenas biológico, como inicialmente era aceito. Mas, assim como todo tema que não é bem visto ou aceito pelos modelos tradicionais da sociedade burguesa, o referido conceito é relacionado à preconceito e discriminação, mas também resistência por parte de diversos segmentos sociais. Isso, porque, a visão do gênero como algo socialmente “mutável”, legitima a existência de diversas tipologias de gênero, o que não agrada aos setores das classes dominantes com posturas tradicionais, burguesas e patriarcais.

O que mais preocupa quando se trata da discussão de gênero, é o fato de, ainda que esse seja um tema atual e necessário diante das consequências, inclusive físicas vividas por parcela da população, a qual essa desigualdade se aplica, poucas são as mudanças ocorridas socialmente, se comparadas às necessidades existentes e a transformação inclusive cultural que se vivencia hoje (mudanças na esfera produtiva em relação à posição da mulher (embora ainda com discriminações), visibilidade da homoafetividade e das lutas das parcelas segregadas da população etc.).

Apesar de existirem tópicos que abarquem a diversidade na legislação, nenhuma se tornou até hoje, específica suficiente, enquanto poder legal (pelo menos no Brasil), para que pudesse contribuir para construção de uma sociedade mais incluyente. Claro que grandes avanços surgiram mediante a ação de movimentos sociais que nasceram no intuito de evidenciar a existência e afirmação social dessas minorias, e lutar por seus direitos. Mas, a postura conservadora predominante na sociedade é tão arraigada que, além de deslegitimar as lutas dessas minorias, afirma suas ações e sua própria existência como algo condenável, anormal e fora dos padrões socialmente aceitos. Isso ocorre em virtude de diversos valores conservadores que tendem a se perpetuarem, incluindo a própria forma de se estudar esse conceito ou categoria de análise, o qual é abordado, em muitos casos, segundo as concepções religiosas, políticas e culturais daqueles que

tratam a temática. Estas concepções se materializam também nas ações de forças conservadoras em permanente jogo de forças na sociedade.

1.1 Abordando gênero como categoria de análise

Um importante ponto a ser destacado quando se trata da discussão de gênero é pensar, de que maneira o gênero é tratado como objeto de análise. Acerca disso, de maneira sintética Scott (1989) enfatiza que:

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (SCOTT, op. cit., p.6).

Segundo a autora, a terminologia de gênero é usada para desmistificar esse estudo como sendo exclusivamente sobre as mulheres, apresentando que ao ter-se um como objeto de análise, automaticamente implicaria ter o outro (homens), pois ambos modificam a sociedade através das inter-relações existentes. Nesse sentido, a reflexão sobre gênero torna-se uma maneira de entender as relações sociais dos/entre os sexos, e não exclusivamente de um, analisar as relações de homens e homens, mulheres e mulheres, mulheres e homens, entendendo nesse contexto que a construção do ser social vai muito além de suas características biológicas, e devem ser estudadas a partir do que as constrói culturalmente.

Nesta perspectiva e levando em conta o contexto deste trabalho, trazemos a afirmação da intelectual Simone de Beauvoir (1967), que ao analisar e discutir o papel da mulher na sociedade enfatiza que o ser mulher é socialmente construído e moldado e não algo nato, original do nascimento. Essa afirmação traz consigo a indagação referente as relações de poder existentes entre homens e mulheres na sociedade e inclusive a forma de se estudar essas relações através da história, que ao ser contada ou escrita ignora, em sua maioria, o papel da mulher construído socialmente, politicamente, economicamente etc. Quando é retratada, a mulher aparece apenas no contexto familiar.

Tendo em vista isso, Scott também se preocupa em abordar o processo histórico da ênfase dada ao conceito de gênero através das análises de diversos autores e autoras, apresentando as diferentes posições e objetivos que buscavam (em sua maioria, ao tratar-se de historiadores) dependendo de cada contexto. O que se pode destacar nestes trabalhos são as dificuldades de explicar as relações de gênero quando atreladas às relações sociais, políticas e econômicas. Essa é a verdadeira importância de se tratar qualquer fenômeno ligado à realidade social, pois de outra forma, não poderiam ser chamadas de relações sociais entre os sexos, se o estudo fosse baseado apenas na distinção e relação dos sexos, e a Geografia também, como uma ciência humana, precisa discutir estas inter-relações presentes no espaço.

Diversos estudiosos se atentam a explicar de que maneira a cultura de patriarcado, a noção de família tradicional e de papéis pré-estabelecidos de gênero foram e até hoje são a base da sociedade contemporânea ocidental. Muitos fatores se apresentam de maneira a afirmar essas teorias, quando “alguns(mas) pesquisadores(a)s, notadamente antropólogo(a)s reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e na família como fundamento da organização social)” (SCOTT, 1989, p.22), excluindo qualquer outra categoria que a ele se aplique. Na Geografia, precisamos nos debruçar sobre os microespaços, mas também conectá-los com o contexto macro para análise destas inter-relações, pois o sistema capitalista influencia decisivamente sobre realidade.

Ainda que se tenham tido diversas transformações no que diz respeito a posição da mulher como ser social ativo, individual e independente sob diversos aspectos, bem como a validação e visibilidade da existência de diferentes tipologias de gênero na sociedade moderna, a ideia de normatização tradicionalista defendida pela fração da sociedade que detêm o poder econômico e político, discrimina e muitas vezes “demoniza” através de “verdades absolutas”, muitas vezes por meio de doutrinações religiosas, as minorias que não se inserem nesse padrão de família.

Segundo Scott (op. cit.):

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) (SCOTT, op. cit., p.22).

Contudo, é importante destacar que o estudo é datado da década de 1980 e não amplia o debate para as diversas tipologias de gênero que são conhecidas e “aceitas” atualmente, mas de certo modo, ao apresentar a dificuldade de se analisar o gênero num contexto sociopolítico complexo, ainda que entre sexo masculino e feminino, evidencia como a construção social tradicionalista, machista, homofóbica e discriminatória, que segrega e escolhe as funções sociais dos gêneros, quase sempre, mas não exclusivamente, colocam a figura masculina em primeiro plano.

Nesse contexto, tendo em vista algumas produções referentes a essa temática, o que se pode levar em consideração é que ao se estudar as relações de gênero na sociedade, automaticamente vão se identificando e evidenciando as diferentes posições desiguais sobre as relações de poder no meio socioespacial em que estão inseridos os diversos sujeitos, a partir das relações de trabalho, família e sexualidade, as quais não podem ser ignoradas quando se trata da análise de gênero, pois evidenciam uma realidade extremamente excludente e, muitas vezes, fatal para a parcela da população afetada, levando a necessidade de ser abordado também estas discussões no âmbito escolar, de maneira a minimizar os preconceitos e construir um conhecimento real por parte dos estudantes para, então, contribuir de maneira transformadora na sociedade, para quem sabe, vislumbrar relações menos desiguais, discriminatórias e preconceituosas. Sabemos que outros elementos são necessários para que isto aconteça, mas nosso intento é propiciar que tal discussão ocorra no espaço escolar.

1.2. Algumas reflexões sobre a construção histórica da mulher e seu papel socioespacial

Até meados do século XVIII, a mulher era colocada num patamar de submissão em relação ao homem, e mesmo que possuísse certa visibilidade na família, pois dependendo da época, em algumas ocasiões tomava o papel de centro familiar, seja à frente de negócios da família ou cuidando de decisões familiares, ainda assim não tinha o mesmo prestígio que a figura masculina.

No Brasil, a partir do século XIX, com a chegada da família real, as restrições às mulheres ficaram mais evidentes e acentuadas, pois foi, principalmente, através daquele período e imposição dos setores dominantes, que a sociedade brasileira passou ainda

mais a se moldar conforme a “realidade” europeia. Costumes, vestimentas e objetos foram se tornando comuns no país, assim como a forma de pensar a família e, principalmente, o papel da mulher (PRIORE, 2014).

Sendo assim, o Estado e a Igreja comandavam as orientações para o sexo feminino que deveriam estar recluso ao espaço domiciliar. Segundo Priore,

A Igreja e o Estado apostavam no sucesso do papel feminino. Dentro de casa, a mulher poderia comandar alianças, poderes informais e estratégias. Mas apenas dentro de casa. Na rua, era outra coisa. O risco de perda da honra crescia; conversas com homens eram inadmissíveis. Estar fora depois das Ave-Marias era sinônimo de se prostituir. A diferença entre as mulheres de casa, em geral casadas, e as da rua, trabalhadoras concubinadas (união estável, sem matrimônio) ou sós, acentuava-se (PRIORE, op.cit., p.19).

É importante destacar nesta perspectiva, a influência que a Igreja exerceu como fomentadora da visão que se perpetua até os dias atuais, ainda que de maneira “modernizada” sobre o perfil da mulher. Também naquele contexto, tal instituição difundiu e delimitou o papel feminino na sociedade, quando dividiu este segmento entre “Esposas: mulheres corretas. Concubinas, imorais que viviam “meretrizmente”, cúmplices de “tratos ilícitos”: as erradas” (PRIORE, op. cit., p.20). Ou seja, para ser respeitada, a mulher necessitaria de um braço masculino, mas de uma forma que correspondesse ao padrão da Igreja e conseqüentemente do Estado, ou seja, casada, unida em matrimônio. “Na sociedade tradicional, a mulher não possuía estatuto fora do casamento; ele era a única instituição que lhe permitia se realizar como ser social” (PRIORE, op. cit., p.30).

Vale salientar que esse casamento, destacado aqui, era restritamente realizado pela Igreja e que o casamento civil, comum atualmente, sofreu repressão por parte dos religiosos, por distanciar a figura divina do seio familiar. Isso, por volta do ano de 1890. (PRIORE, op. cit.)

É notório como essa desigualdade entre homens e mulheres dentro da própria família surgiu como uma forma de controle por parte da Igreja Católica e do Estado, e atualmente, de outros setores religiosos, não se distanciando da realidade social da mulher nos dias atuais, em muitos contextos familiares. Ainda que diversas mudanças tenham ocorrido no decorrer do século XX, e que a própria igreja católica não tenha mais tanto poder quanto naquela época, mulheres separadas, solteiras com filhos ou com idade considerada “avançada” que ainda não tenham se casado, ainda tendem a sofrer pressão por parte da sociedade por falta de uma figura masculina ao seu lado.

Esses aspectos presentes na atualidade apresentam resquícios desse tempo, como por exemplo, as citações corriqueiras sobre a mulher “do lar”, a mulher da rua, a outra e as diversas tipificações ou categorias sob as quais elas são constantemente rotuladas.

A partir do século passado, com o processo de modernização e a chamada ascensão da classe média, no Brasil, a mulher passou a ter mais liberdade, gerada pelo poder de consumo. Trabalhava, comprava, passeava e etc., fazendo com que a emancipação despertasse o medo no imaginário masculino, gerando campanhas que barrassem essa “liberdade”. (PRIORE, op. cit.)

Dessa forma, a mulher sempre foi considerada um ser social a ser moldado: pelos pais, pela família, pelo marido e pela sociedade, exigindo que fosse obediente, submissa e principalmente recatada. Essas imposições à figura da mulher não se extinguiram em momento algum da história, apenas sofreram transformações.

Diante da explosão do amor livre na década de 1960, a qual teve como apogeu o avanço médico do anticoncepcional, a mulher começou a experimentar uma nova forma de sexualidade. Não estamos falando sobre a liberdade sexual da mulher conquistada nessa época, mas sobre a imposição do sexo em detrimento à vontade masculina, e desta forma “o homem era forçado a ter uma atividade sexual intensa, e a mulher, para demonstrar liberdade, precisava dizer sim a todas as propostas masculinas. Insensivelmente, passamos de sexo proibido para sexo obrigatório” (Milan citado por Priore, op. cit.). Ou seja, independente da conquista alcançada sobre o corpo da mulher, em algum patamar, essa “liberdade” ou “direito” seria restringido, e ainda hoje é.

Pós década de 1970, com a visibilidade da mulher no mercado de trabalho, diversas campanhas apresentavam a mulher independente como indesejável diante da visão masculina, tendo, assim, que encontrar meios para conquistá-lo. A mulher casada nesse cenário se apresentava agora em dupla jornada, pois além de trabalhar fora, tinha que arcar com as tarefas domésticas e a criação dos filhos, recusadas pela figura masculina. Além disso, as injustiças cometidas mediante salário mais baixos que dos homens e benefícios referentes à maternidade sempre norteiam o debate sobre a relação mulher x mercado de trabalho e continuam prejudicando a mulher. Isso, fora ao trato ainda mais desigual se apresentarmos essas relações mediante mulheres de diferentes etnias, classes sociais, modos de vida etc.

O que aqui se apresenta, ao fazermos esse resgate histórico com base na autora Mary del Priore, é que, independente da época, a mulher aparece como ser social

inferior na sua relação para com o sujeito masculino. Independente das mudanças ocorridas, a mulher, como construção social do sujeito feminino, continua abaixo da figura masculina, seja ela na família, no trabalho, na vida social ou até como detentora do controle de seu próprio corpo, precisando estar sempre com aparência, vestimenta e ações construídas para satisfazer o olhar masculino.

Essa cultura de patriarcado arraigada na sociedade acarreta dentre diversos fatores um ciclo de preconceitos, discriminação e moralismo religioso (sendo um dos principais precursores da inferiorização e opressão das mulheres) disseminando e afirmando de maneira naturalizada regras sobre as condutas femininas e inocentando o “ser homem”, além de “legalizar” o poder masculino, ou quando, o mesmo machismo, torna o homem prisioneiro de sua masculinidade, sendo obrigado a se apresentar de acordo com o “esperado” da sociedade.

Afirma-se deste modo também a importância da ação do Estado Laico mediante essas discussões nos espaços sociais e principalmente no âmbito escolar, pois entendemos que o moralismo religioso foi um grande fomentador dos rótulos impostos para as mulheres, aos quais se mantêm atualmente (dentre eles, a mulher recatada, virgem, submissa, obediente, “que se dar o valor” etc.).

Sobre a laicidade, compreende-se que:

O caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana. Permite, também, a cada um dos seus, individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição religiosa. E, decidindo por crer, ou tendo o apelo para tal, é a laicidade do Estado que garante, a cada um, a própria possibilidade da liberdade de escolher em que e como crer, ou simplesmente não crer, enquanto é plenamente cidadão, em busca e no esforço de construção da igualdade. (FISCHMANN, 2012, p.16).

Por isso, torna-se cada vez mais importante a ampliação desses debates em todos os setores sociais e principalmente nas escolas, no intuito de evidenciar essas injustiças, a partir da imposição do fundamentalismo cristão, para minimizar esses efeitos perniciosos na vida da mulher, pois estes segmentos têm se ampliado e encontrado maiores espaços principalmente na esfera política brasileira, a qual tem trazido retrocessos a conquistas históricas dos diversos segmentos sociais.

Entre estas conquistas destacamos aquelas que se consolidaram a partir das mudanças nas legislações, as quais nos deteremos a seguir.

CAPÍTULO II

LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E ALGUMAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS QUE TRATAM DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Diante das urgências sociais, bem como das transformações advindas das mudanças de visões e comportamentos na sociedade brasileira, foram sendo criadas normatizações, políticas, diretrizes e parâmetros curriculares, que de algum modo, favoreceram novos debates sobre o direito à diversidade e à pluralidade. Essas ações governamentais ou não, trouxeram ao longo dos anos, ampliação de direitos. Mas, ainda que as legislações existam e assegurem legalmente esses direitos, algumas questões se apresentam na contramão da construção destas garantias, porque mantêm “valores” e um sistema de poder altamente machista e tradicionalista, que por consequência, anula conquistas sociais históricas em alguns contextos.

Contudo, independente da importância das conquistas trazidas pelo surgimento dessas legislações, o caminho ainda é longo para diminuir as desigualdades de gênero e a efetivação dos direitos defendidos pela lei em benefício dessas parcelas da população, principalmente no ambiente escolar. Pois, no momento atual, o que mais se noticia são os problemas consequentes dessa discriminação, dentre eles, o *bullying*. Esse termo que pode ser usado hoje como um resumo do que ocorre nesses atos discriminatórios, principalmente entre jovens no ambiente escolar, que nasce problemas muito mais amplos, consequência das disputas de poder apresentadas na sociedade, sejam elas entre classes sociais ou na segregação e marginalização referentes às diferenças de gêneros, as quais na escola, são disfarçadas diante do discurso de coletividade e igualdade, mas que na prática, ampliam a violência no espaço escolar.

Diante de todos os problemas encontrados quando se remete às discussões sobre a diversidade no meio escolar, e das temáticas que abrangem esses segmentos quanto a inclusão (pessoas com deficiências, etnia, religião etc.) a reflexão sobre gênero aparece como temática de crescente urgência nesse espaço.

Tendo em vista isso, analisaremos, a seguir, alguns documentos educacionais e de que maneira eles contribuíram com algumas mudanças em relação a discussão de gênero.

2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 determina em seu artigo 1º, parágrafo 2º que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Ou seja, essa educação de modo geral, deve ser planejada mediante a lógica do mercado, atendendo também as ações sociais. Nesta perspectiva, dentro da lógica capitalista o indivíduo também é enfatizado a partir de suas singularidades. Sendo assim, esta mesma legislação coloca que o ensino em questão deverá ser mediado sob os seguintes parâmetros:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; (Grifo nosso)
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; (Grifo nosso) (BRASIL, 1996, atualizada/2016, p.8).

Dessa forma, o que se pode perceber é o destaque que essa legislação traz ao direito à pluralidade e a necessidade da tolerância pelas diferenças: culturais, religiosas, étnicas ou de gênero. Mas, como mediar a construção do conhecimento dos estudantes, que estão inseridos em uma sociedade tão discriminatória, homofóbica, misógina, machista e sexista, a qual se faz reflexo no meio escolar? Se a escola se apresenta como mediadora de uma construção de sociedade menos discriminatória, como modificar tanta intolerância? Essas questões são pertinentes para nortear os debates acerca dessas temáticas no ambiente escolar. Contudo, sabemos que com a ampliação do conservadorismo na atualidade, no Brasil e no mundo, existem ações que estão ocorrendo dentro das escolas que estão contribuindo para a ampliação da discriminação e dos preconceitos. Por isso, são necessárias reações urgentes para combater tais práticas e a utilização dos documentos podem contribuir neste processo, pois a educação que se coloca emancipatória promove a autonomia, segundo Paulo Freire, e os educadores precisam promover esta emancipação.

2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Nesse sentido, foi para dar visibilidade aos “novos” segmentos e para atender, de certa forma, as exigências dos movimentos sociais, que os Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCN, 1998), adicionaram em seus eixos norteadores temas que pudessem abarcar essas demandas das minorias, não apenas no sentido de gênero, que é aqui apresentado, mas também relacionado à sexualidade, culturalidade, meio ambiente, ética, entre outros temas. Essas temáticas se apresentam a partir da transversalidade, ou seja, devem ser discutidas entrelaçadas às temáticas do currículo ou disciplinas. Isso, não consegue solucionar os problemas encontrados acerca da falta de informação ou negação dessas realidades sociais, mas contribui para “criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p.5). Estes são os chamados Temas Transversais. Eles refletem os processos,

[...] que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (BRASIL, op. cit., p.26).

As referidas temáticas apresentadas podem contribuir para a diminuição alguns problemas vivenciados pelos escolares, dentre eles, a gravidez adolescente, que ocorre, em grande parte, por falta de orientação e conhecimento. O tema que visa a discussão da orientação sexual vai trazer justamente esta abordagem, corroborando também com a discussão de gênero, quando enfatiza que:

A Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões (BRASIL, op. cit., p.293).

Tais discussões podem apresentar os papéis e relações de gênero na sociedade tendo em vista a questão sexual, que em correlação com a discussão de gênero pode contribuir para a reflexão, compreensão e conseqüentemente conscientização por parte dos estudantes acerca dos preconceitos existentes na sociedade e quebra estereótipos regidos por “dogmas morais” que “demonizam” o corpo e a sexualidade, acarretando diversas conseqüências negativas como o machismo, a violência, seja ela verbal, física ou psicológica, negação da sexualidade feminina, feminicídio (ato extremo relacionado

a misoginia ou machismo), além de homofobia (relacionado a sexualidade homoafetiva).

Não se pode negar também os problemas acarretados pela ausência dessas discussões para o dia-a-dia dos meninos, pois assim como a sociedade nega a vivência da sexualidade para as meninas, trazem ela como obrigatoriedade para os meninos desde muito cedo, trazendo consequências também desfavoráveis, desde exclusão social por parte daqueles que não atendem essa “exigência”, até mesmo a origem dos que se esforçam para atender este estereótipos e se tornam meninos/homens machistas e muitas vezes violentos.

Dessa forma, é imprescindível que, diante da necessidade de uma reflexão acerca da sociedade em que se vive e entendendo a escola como meio socioespacial que pode contribuir para a transformação da mesma ofereça meios para essa análise, afim de que haja mudanças de posturas nas inter-relações que se estabelecem. Segundo Brasil (op. cit., p. 26) “É importante dizer, também, que a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania”.

2.3 Plano Nacional da Educação

No Plano Nacional da Educação (PNE, 2014), em seu Artigo 2º parágrafo 3º é destacada a superação das desigualdades educacionais, promoção da cidadania e combate a todas as formas de discriminação. Contudo, no seu parágrafo 5º do mesmo Artigo, propõe-se a formação cidadã, com ênfase em “valores morais e éticos que regem a sociedade” (BRASIL, 2014). Mas, o que fazer quando esses valores são impostos por uma parcela da população que se apresenta muitas vezes com concepções vinculadas a um tipo de doutrinação religiosa que em sua matriz, discrimina a diversidade, a pluralidade, bem como a posição igualitária da mulher na sociedade? Como pode, o professor, como agente transformador e mediador, trabalhar de maneira a impedir que esses ideais altamente tradicionalistas acabem por afirmar a negação e discriminação da diversidade encontrada na sociedade, quando ela, muitas vezes se encontra dentro desse ciclo “normativo”? Isso porque, “não podemos esquecer que somos produtos de uma

educação eurocêntrica e, em função desta, [continuamos a] reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade” (MUNANGA, 2015, p.15)

Ademais, embora o PNE tenha trazido alguns avanços em relação a discussão contra a discriminação e outros aspectos do financiamento público da educação, suas intenções foram barradas a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55) que restringe os recursos educacionais e da saúde, para os próximos vinte anos, inviabilizando políticas, por exemplo, promovidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que propôs materiais pedagógicos e fomentou momentos formativos interessantes a respeito da diversidade, sobre os quais discutiremos a seguir.

2.4 Ações do Conselho Nacional da Educação (CNE) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)

Ao analisarem-se as legislações que abarcam essas temáticas, nota-se que o Conselho Nacional da Educação também se debruçou em analisar e fazer propostas para esta discussão, ao colocar:

Disposições legislativas e normativas genéricas, como “combate a toda e qualquer forma de discriminação” [que] não colaboram, especialmente no campo da educação, para a superação das discriminações a determinados segmentos sociais que, por sua identidade específica, foram secularmente invisibilizados e, por via de consequência, se viram impedidos, na construção e usufruto dos direitos decorrentes de sua própria cidadania (CNE, 2015).

O Conselho enfatiza assim, a importância de programas, leis e iniciativas que fomentem os debates específicos acerca da discussão de gênero dentro das escolas, promovendo um espaço escolar menos discriminador. Documentos elaborados por instâncias específicas criadas no intuito de evidenciar parcelas sociais negligenciadas dentro da educação escolar, como a SECAD, também corroboraram com essa discussão, apontando que:

É preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável

para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos.

[...]

Da mesma maneira, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento (BRASIL/SECAD, 2007, p.9).

Em detrimento desse contexto analisa-se que apesar de várias conquistas ocorridas em benefício da diversidade social, a partir também de documentos oficiais, as temáticas de gênero aparecem de maneira sutil e insuficiente. Ou seja, ainda que muito já se tenha encaminhado para evidenciar desigualdades e discriminação quando se trata de gênero, é importante que ações mais efetivas ocorram, transformando essa visão deturpada de “correto” existente em nossas escolas e sociedade acerca da diversidade e pluralidade. Isso, como consequente de ideais tradicionais e burguesas que até hoje mantêm no topo as relações de poder, marginalizando, excluindo, discriminando e principalmente negando essas minorias.

Nesse contexto, enfatizamos que estas relações de poder presentes nas esferas políticas, sejam do executivo ou legislativo brasileiro na atualidade, impuseram a extinção da SECAD, para que os avanços dessas discussões não se ampliassem em nosso país.

Algumas ações desenvolvidas através do Ministério da Saúde e de Educação brasileiros também se encaixam nessas intenções de informação e conscientização para o(a)s jovens escolares. Para isso, destacamos a criação do Programa de Saúde e Prevenção nas escolas, o qual propunha a articulação de conhecimentos e ações junto às instituições públicas de saúde e educação no intuito de incentivar a formação continuada de docentes, com a participação do(a)s estudantes, chamados nas atividades de jovens pares. Dentre as diversas temáticas discutidas se encontravam as discussões de gênero, nas quais se destaca que:

As relações de gênero são socialmente construídas a partir da primeira infância e afetam a vida em todas as pessoas nos campos sexual, afetivo, profissional e social. [...] Os profissionais de saúde e da educação desempenham um papel importante na aprendizagem das relações humanas apoiada no respeito às diferenças e menos marcada por desigualdade e discriminação, contribuindo para a valorização da dignidade de todos os seres humanos (BRASIL, 2006, p.42).

Este projeto desenvolveu ações em vários estados, com participação também das esferas municipais, por vários anos, mas no decorrer foi modificado e incorporado a outros programas, não tendo mais a atuação anterior.

Neste contexto, enfatizamos que mesmo existindo legislações, documentos e ações pontuais que intercedam por uma educação menos discriminatória, elas não são suficientes, tendo a necessidade da ação coletiva, através da educação para que, de fato, haja transformação, pois como cita Munanga:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura [...] na qual foram socializados (MUNANGA, 2005, p.17).

Nesse sentido, apresenta-se a necessidade de uma escola que em todas as suas bifurcações culmine na ação e transformação do estudante em cidadão crítico, consciente de seu papel social, de deveres e direitos. Da mesma forma, existe a necessidade de uma formação do professor a qual ele possa entender essas questões sociais, compreender as desigualdades existentes e transformar suas concepções preconceituosas.

CAPÍTULO III

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS, O ENSINO DE GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO DE GÊNERO

Diante das mudanças socioespaciais ocorridas ao longo dos séculos, bem como com o avanço feito pela ciência geográfica para explicar as transformações desses fenômenos, novas concepções foram se formando e modificando as análises das inter-relações estabelecidas pelos seres humanos no espaço.

Nesse contexto, o ensino de Geografia também foi se alterando, passando a reflexões mais críticas sobre a realidade e também verificando questões mais subjetivas das relações entre as pessoas, como a valorização de aspectos do cotidiano, estudando as identidades, que envolvem a diversidade e a pluralidade, buscando contribuir com a diminuição dos preconceitos, discriminações e segregações que ocorrem nos micro e macro espaços.

3.1 Importância do ensino crítico de Geografia

A criticidade no ensino de Geografia iniciou-se a partir, principalmente, das observações feitas por Lacoste (1989) sobre a Geografia dos Professores e a dos Estados maiores, mostrando que o ensino da disciplina escolar não vinha contribuindo para formar sujeitos críticos, e que apenas o Estado se apropriava dos conhecimentos geográficos, e os usava, inclusive, para fazer a guerra.

Estas análises influenciaram geógrafos brasileiros e também trouxeram modificações na forma como a disciplina passou a ser trabalhada nas escolas. Tais influências chegaram à produção de alguns geógrafos, inclusive através dos livros didáticos. Por isso, nos debruçaremos de forma breve, sobre um dos autores de livros de Geografia mais usados nas escolas brasileiras, pois a maioria do(a)s professore(a)s ainda utiliza-se deste instrumento pedagógico como principal recurso.

3.1.1 O ensino da Geografia Crítica e algumas análises de Vesentini

Na Geografia tradicional se priorizava a ideologia patriótica, cuja visão dentre outros fatores a legitimava o estado como uma nação, ignorando assim, a existência de uma história de construção desse estado, juntamente com a população e cultura ali existente, acabando por validar a Geografia como uma ciência meramente descritiva e consequentemente levando a desvalorização da mesma como disciplina escolar. Entre a Pós Revolução Industrial e início da revolução tecnológica e dos meios de comunicação, após a Segunda Guerra Mundial, a Geografia entra em crise por não conseguir mais responder às transformações que ocorriam no espaço geográfico (Vesentini, 2008).

Esses fenômenos que acarretaram mudanças tanto no cenário mundial como na forma de se enxergar e estudar o espaço geográfico trouxeram para Geografia também a necessidade de mudança, pois:

O espaço mundial de hoje é descontínuo, limitado pela economia ou pela política (aliás inseparáveis), móvel e difícil de ser cartografado ou captado por meras descrições. Além disso, ele — o espaço construído, social, fruto da humanização da natureza, locus de lutas e conflitos — não é mais um elemento inerte (VESENTINI, 2008, p.13).

É nessa perspectiva que a Geografia crítica ou radical proporcionou novos debates e embates para a renovação da ciência geográfica e seu compromisso com as transformações socioespaciais.

Essa geografia radical ou crítica coloca-se como ciência social, mas estuda também a natureza como recurso apropriado pelos homens e como uma dimensão da história, da política. No ensino, ela se preocupa com a criticidade do educando e não com "arrolar fatos" para que ele memorize. [...] Essa geografia é ainda embrionária, especialmente no ensino. Mas é a geografia que devemos, geógrafos e professores, construir. Todavia, isso não deve significar elaborar um modelo a ser seguido (de métodos, temas, conceitos, sequência da apresentação, etc.), pois o modelo por si mesmo destrói a criatividade, limita a descoberta do novo, transforma o conhecimento de fundante em fundado (VESENTINI, 2008, p. 14-15).

Ainda nessa perspectiva, Vesentini enfatiza a inutilidade de seguir modelos fixos, ao se tratar do ensino crítico, pois no momento em que se regulam métodos, se impõem barreiras para a construção do conhecimento, impedindo também o estudante

de pensar de maneira aberta e refletir não apenas sobre as temáticas discutidas, mas sobre a relevância delas.

Sendo assim, a Geografia Crítica trouxe contribuições significativas sobre as análises do sistema capitalista e sua atuação no espaço, privilegiando os estudos econômicos sobre a realidade socioespacial.

Contudo, mesmo Vesentini tendo sido um dos autores oriundos da Geografia Crítica, tem passado a criticá-la, nos últimos anos, citando que:

A bibliografia da/sobre essa vertente geográfica já é bastante significativa. Entretanto, uma dúvida se impõe: o que é crítica? Em que sentido esse verbete vem sendo empregado na(s) geografia(s) crítica(s)? Qual é, afinal, o significado do adjetivo crítico, frequentemente utilizado, algumas vezes com diferentes sentidos, em várias áreas do conhecimento? (Basta lembrarmos das ideias de reflexão crítica, atitude crítica, teoria crítica, pensamento crítico, ensino crítico, pedagogia crítica, racionalismo crítico e inúmeras outras). Esta preocupação, longe de ser diletante ou superficial, é algo que se impõe fortemente com as mudanças na realidade social, em especial com a crise terminal do antigo mundo socialista e com a relativização das noções políticas de esquerda e direita, as quais, para muitos, não têm mais sentido na realidade atual. (VESENTINI, s.d., p. 101)

Mas, será que, de fato as noções políticas sobre direita ou esquerda não têm mais sentido na realidade atual? O avanço do conservadorismo no mundo demonstra que os setores de direita têm se ampliado e imposto seus projetos neoliberais, e embora segmentos das esquerdas também tenham “se dobrado” aos interesses do mercado, as consequências para os que são marginalizados são muito mais graves nos países em que os setores mais conservadores dominam.

Como também, os direitos individuais passaram a ser muito mais desrespeitados e a homofobia, o racismo, a xenofobia, entre outras formas de preconceitos e discriminações, aumentaram nos locais em que estes setores conservadores assumiram o poder, como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil na atualidade. Por isso, fazemos uma “crítica” a forma como Vesentini critica e declara seu posicionamento, relativizando as noções políticas de esquerda e direita e minimizando sobre a atuação dos países imperialistas. Desse modo, a seguir, passaremos a analisar outra geógrafa que faz algumas ressalvas sobre a Geografia Crítica e se aproxima mais da Geografia Cultural, e que aborda sobre o ensino de Geografia, a partir da perspectiva construtivista.

3.1.2 O ensino de geografia na perspectiva construtivista: Lana Cavalcanti

A pesquisadora Lana Cavalcanti considera-se vigotskiana e enfatiza que o estudante é o principal agente da construção do conhecimento. Segundo Cavalcanti (2014), o professor, por sua vez, é o mediador do processo da aprendizagem.

Neste sentido, a referida autora destaca a necessidade do(a) professor(a) buscar, além da construção do conhecimento com base nos conceitos e temas que constam no currículo, também os conteúdos procedimentais e atitudinais, desenvolvendo nos estudantes condições “[...] para formação de atitudes, valores e convicções ante os saberes presentes no espaço escolar” (CAVALCANTI, 2012, p.49).

Para isso, Cavalcanti (op. cit.) discute que os conceitos devem contribuir para uma formação: “intelectual, afetiva, social, moral” etc. (CAVALCANTI, op. cit.), que neste sentido, corroboram para uma formação cidadã, como função das unidades de ensino.

Dentre esses conteúdos no ensino de Geografia ela destaca os atitudinais, pois eles:

Auxiliam o aluno a agir no espaço, a influir na sua produção [...] valorização da vida no espaço, respeito ao direito das pessoas ao deslocamento no espaço. [Tendo-se] a inserção no ensino da temática racial, da temática dos jovens, da violência urbana, das manifestações culturais e do interculturalismo, da mulher (CAVALCANTI, op. cit., p.53).

Dessa forma, a autora ressalta aspectos da realidade contemporânea que devem fazer parte dos estudos geográficos, na perspectiva de contribuir na formação de um cidadão mais comprometido com o espaço e com os outros, destacando a temática racial, de gênero, entre outras, como importantes para a construção da cidadania. Lana Cavalcanti ressalta a importância de elementos mais subjetivos presentes nas inter-relações socioespaciais e na vida cotidiana das pessoas e foca estes conteúdos também como importantes no ensino de Geografia, reforçando alguns dos pressupostos dos PCNs.

3.2 O ensino de geografia e a discussão de gênero

O ensino de Geografia, a partir, então das novas abordagens citadas anteriormente, traz novos desafios exigidos pelo contexto socioespacial atual. Neste sentido, Nascimento (2016) ressalta que:

Nos tempos atuais, os quais se propõem à compreensão das complexidades humanas em sociedade, surgem as necessidades de estudos que consigam explicar, não somente as complexidades humanas, mas as novas inter-relações socioespaciais que se estabelecem, principalmente focando as pluralidades existentes (NASCIMENTO, 2016, p.3).

Desta forma é impossível, não associar a Geografia a construção de um conhecimento crítico que conteste as desigualdades, esclareça as relações de poder e denuncie a discriminação. Assim, “A Geografia, enquanto disciplina, tem, então, um papel importante na formação do cidadão consciente do seu papel na produção do espaço, dos seus direitos, nas suas práticas espaciais e sobre as relações entre homens e mulheres” (COSTA, 2011, p.4).

Desse modo, a discussão de gênero no espaço escolar é necessária, pois pode contribuir com a quebra de estereótipos e diminuir a discriminação que se alastra de forma alarmante na sociedade por meio da naturalização dos preconceitos trazidos desde o período colonial ao Brasil. Estereótipos esses que são afirmados no dia-a-dia das pessoas por meio de “ações subliminares” presentes em hábitos cotidianos.

Facco afirma que,

Os processos de discriminação costumam ter, na sociedade ocidental, uma sutileza que dificulta a sua identificação. Eles se encontram, muitas vezes, nas entrelinhas dos discursos, nas rotinas, nos costumes, perpetuando-se nas relações sociais. É uma tática silenciosa tão poderosa que faz com que esses processos pareçam naturais (FACCO, 2011, p.20).

Ao tratarmos de uma temática que vá de encontro aos desejos de uma sociedade que em sua base segrega e nega suas diferenças, é natural que esse se torne um processo lento e dificultoso, pois muitas correntes e fatores que trabalham na contramão da premissa a qual nos propomos são, muitas vezes, decisivas nas ações daqueles que as realizam nas escolas. Por isso, quando tratamos de sujeitos, evidenciamos não apenas os estudantes, mas os próprios professores que, como mediadores da construção do conhecimento não devem agir de maneira a afirmar as discriminações e preconceitos.

Não negamos, no entanto, que muitos profissionais da educação buscam trazer para o ambiente escolar, de alguma maneira, essas desigualdades, esclarecendo para os estudantes a realidade social discriminatória em que vivemos. Mas também, não se pode deixar de mencionar que esse, ainda hoje, é um trabalho na maioria dos casos, pontual.

Isso ocorre dentre diversas razões pela falta de incentivo e meios para que o professor venha a conhecer e ter suporte para abordar essas questões na escola Neste

contexto, o próprio livro didático, base da educação tradicional, é um entrave ao se tratar das questões de igualdade de gênero, pois “o livro didático (ainda) é um instrumento de reprodução do discurso heteronormativo e de separação cultural da civilização mundial, o que atende a um projeto de reprodução da alienação e segregação” (Costa, 2011, p.7), Desta forma, tornando-se afirmador da normatização tradicionalista.

Essa realidade é consequência também, das condições de trabalho vivenciadas pelos professores, que, por não conseguirem viver dignamente com o salário oferecido por uma escola, acabam trabalhando em escolas diferentes, o que dificulta o planejamento de aula, além da falta de formação continuada para o trabalho com temáticas como a da diversidade, entre outras. Neste caso, “A falta de formação dos profissionais, a falta de debate sobre o tema e os conceitos pré-estabelecidos são alguns dos elementos que contribuem para tal ausência e silêncio, com objetivo da manutenção da ordem convencional” (COSTA, 2011, p.6).

Juntos, esses fatores e o próprio sistema de ensino que responde as exigências de uma sociedade sob um comando burguês, branco, tradicional e altamente discriminatório, colaboram para efetivação de uma educação que segrega, discrimina e impõe valores os quais essas minorias não são capazes de responder, por partir de princípios injustos e ilógicos.

Sabe-se que esses temas podem e devem ser trazidos para a escola, como afirmam os PCN's, transversalmente, de maneira a colaborar e complementar as temáticas e conceitos já previstos no currículo de Geografia. Então, cabe ao professor, não se omitir, e trabalhar de maneira a ampliar seus horizontes, trazendo para o ensino de Geografia esses debates.

Para o trabalho transversal entre os conceitos geográficos e as relações de gênero, a autora Silva (1998) amplia alguns horizontes, ao afirmar que:

A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. Entendo que o estudo da população, por exemplo, ainda é uma abstração - mesmo considerando as classes que a compõem - se não considerarmos que esta é composta por pessoas que situam-se também na sociedade quanto ao gênero (SILVA, 1998, p.5).

Segundo a autora, ao estudar a população, apesar de se evidenciar as diferenças de classes, a Geografia escolar não apresenta ou investiga as diferenças dos sujeitos, sujeitos não individuais, mas em suas categorias, ao que se faria necessário tratar das

diferentes relações de poder existentes entre os mesmos e sua influência na formação da sociedade. Desta forma, a autora evidencia a necessidade de tratar das temáticas sociais abordadas pela Geografia, analisando esses fenômenos com base também na diferenciação de gênero, pois entende-se “que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, (assim) torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero” (SILVA, 1998, p.108).

Tendo em vista isso, pode-se apresentar também diversos conceitos geográficos partindo da premissa das relações de gênero a serem trabalhados em sala de aula, dentre eles: a territorialidade, a transformação espacial ou até mesmo as relações com o lugar, pois ao serem trabalhadas partindo dessa análise, complementam a parcialidade tradicional, a qual desde a gênese, desconsiderou as relações de gênero (SILVA, 1998).

Por isso é importante entender a relevância social de se trabalhar a discussão de gênero na escola, pois segundo Nascimento (2016):

Discutir sobre o conceito de gênero na escola é pertinente, pois proporciona analisar junto aos estudantes como as questões atribuídas ao masculino e ao feminino, bem como suas diferenças, foram se acumulando advindas da formação social patriarcal e autoritária recorrente da colonização. Os futuros atores da sociedade precisam construir novas perspectivas que diminuam as exclusões, de modo a desmontar a ideia de dualidade entre homem e mulher e entre gênero e sexo (NASCIMENTO, 2016, p.2).

Ao trazerem-se essas discussões para a sala de aula e relacioná-las ao cotidiano, o professor de Geografia conseguiria apresentar para os estudantes, tanto a realidade da sociedade em que vivem, como meios para uma real mudança, porque se é no cotidiano que esses preconceitos se afirmam, poderiam assim, no próprio cotidiano, serem ampliadas essas discussões, a ponto de minimizar as injustiças e discriminações que esses preconceitos acarretam.

Dito isto, reafirma-se a capacidade da ciência geográfica como potencializadora desses debates e da problematização das relações de gênero em sala de aula e na escola de modo geral, de maneira a construir um conhecimento socioespacial crítico e principalmente, favorecedor da diminuição dos preconceitos.

CAPÍTULO IV

A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-PB E O ENSINO DE GEOGRAFIA NESTE CONTEXTO

Diante das questões aqui discutidas, bem como a urgência que as mesmas pedem, não podemos deixar de questionar como a questão de gênero está sendo, ou não, trabalhado no espaço escolar, e, especificamente no ensino de Geografia.

Dessa maneira, apresenta-se neste capítulo, uma análise feita com base em entrevistas, buscando entender como/se o(a)s professore(a)s de Geografia de duas escolas do município de Lagoa Seca-PB apresentam em sua prática pedagógica as discussões sobre gênero.

4.1 Resultados

As escolas escolhidas para realização do estudo empírico se encontram em Lagoa Seca, município localizado no agreste do estado da Paraíba, a 144km da capital, João Pessoa, são elas: Escola Estadual Francisca Martiniano da Rocha e Escola Municipal Irmão Damião. As duas escolas localizam-se na zona urbana, sendo que uma delas, a escola municipal, possui em sua maioria alunos da zona rural, e a estadual possui principalmente estudantes oriundos da área urbana.

Diante do proposto, foram entrevistados seis profissionais destas instituições, dos quais duas (02) são mulheres e quatro (04) homens. Destes, dois (02) são administradore(a)s o(a)s demais professore(a)s. As instituições dispunham de mais profissionais na área de Geografia, mas por indisponibilidade de horário a pesquisa não conseguiu atingir a todos, o que de maneira nenhuma torna os dados aqui apresentados menos significativos. Os profissionais entrevistados têm faixa etária entre 28 a 55 anos e excluindo os administradores, uma pedagoga e um historiador, todos têm em sua formação Geografia.

4.1.1 Análise comparativa entre duas posições divergentes

Trataremos desta maneira, o professor e administrador como P e A respectivamente, para além de preservar suas identidades facilitar a compreensão das falas.

A- Quando a gente fala em toda e qualquer discussão que diga respeito a aceitação do outro como ele é... A gente vê na escola que... infelizmente essas atitudes ainda são muito recorrentes nos nossos estudantes, por que eles absorvem muito do que é passado pela grande mídia, pela família... por N's aspectos culturais que envolvem, [...] então esses aspectos são pautados muitas vezes nessa desigualdade nessa relação de gênero que é desigual, sobretudo para a questão feminina.

[...]

A escola, como eu já te falei, é o espelho da sociedade, não existe escola aquém da sociedade e não existe sociedade aquém da escola.

P- Acho que os pais que devem ensinar essas coisas em casa.

[...]

essa questão de respeito é mais de berço, como eu te disse, o professor não está aqui para dar educação a ninguém, educação vem de casa.

A, em seu discurso, se apresenta, não apenas em favor da discussão de gênero nas escolas, como também se mostra altamente competente para tratar destas questões, quando aborda não apenas fatores da sociedade que exigem esse trabalho nas escolas, mas ao retratar o papel da escola como extensão da sociedade, faz análise de como o tipo ou qualidade na educação pode influenciar na formação cidadã.

Enquanto isso P, além de associar a discussão de gênero a diferenciação de sexo, apresenta estas temáticas como sendo uma formação de papel da família e não da escola. Isso, porque ao tratar do assunto ele visivelmente fez relação ao trabalho com as demais tipologias de gênero e associando-as a sexualidade. E posteriormente, mesmo depois de ser questionado se estas discussões se apresentam no sentido de igualdade, ele

responde de maneira brusca. Isto demonstra, além de falta de conhecimento sobre o que seria as relações de gênero, um pensamento conservador.

Não estamos aqui a colocar um certo e errado, mas evidenciando que existe um sério problema quanto a desinformação acerca destas temáticas, além da maneira como elas serão ou seriam trabalhadas na escola. Isto acarreta, dentre as diversas consequências, a disseminação de uma visão equivocada dos movimentos que buscam essa visibilidade e por ideologia, uma sociedade mais justa e principalmente crítica. Pois, assim como ideais libertadores e visões populares conquistam a visão do estudante em sala, discursos tradicionais transformam estudantes em seres sociais conservadores e preconceituosos.

4.1.2 Análise geral das entrevistas

De modo geral, alguns professores traziam respostas curtas e genéricas sobre a discussão de gênero nas aulas de Geografia, pois em sua maioria, destacavam ser o trabalho com estas temáticas muito importante, mas confessavam não trazer estas questões para sala, por diversas razões, uns, por não haver materiais disponíveis, outros por falta de tempo, ao se referir a necessidade de atender as “demandas do currículo”, que normalmente era, seguir as temáticas do livro didático. Trouxeram também problemas referentes às condições de trabalho etc. Outros chegaram a confundir transversalidade com interdisciplinaridade, em que colocavam que trabalhavam em sala conteúdos de outras disciplinas ou com metodologias características de outras disciplinas.

No mais, os que revelaram falar das questões de gênero em sala, confessaram se ater a comportamento feminino e masculino, revelando que o(a) próprio(a) professor(a) reforçava estereótipos dentro do ambiente escolar, ainda que inconscientemente. De maneira geral, observou-se que a falta de visibilidade dessa temática, ainda que ela apareça de maneira óbvia na sociedade, acarreta por muitas vezes o escanteamento dessas discussões dentro de sala. E neste caso, para os professores de Geografia, o que se percebe é que apesar de entender a importância dessas discussões, barreiras encontradas, como por exemplo condições de trabalho, tripla jornada e falta de material

e até mesmo a falta de conhecimento sobre esse tema, fazem com que essas discussões sejam colocadas em segundo, terceiro e até último plano.

Fora do contexto do(a)s professore(a)s de Geografia ou até mesmo dos administradores escolares, não podemos deixar de mencionar, com repúdio, as reações de alguns funcionários escolares ou até mesmo pessoas próximas, quando mencionado o tema desta pesquisa e principalmente o objetivo o trabalho: incentivar as discussões de gênero nas escolas e principalmente nas aulas de Geografia no intuito de contribuir com a diminuição dos preconceitos e injustiças mediante as relações de gênero na sociedade. Muitos, através de comentários preconceituosos afirmavam que trazer estas discussões para as crianças “incentivariam” a homossexualidade, ou, depois de explicado que as relações de gênero perpassam a divisão dos sexos e que a ideia era a busca pela igualdade, diziam que “as mulheres são engraçadas, querem igualdade, mas os homens que pagam a conta”. Isso, dentre diversos comentários machistas e sexistas.

Não podemos deixar de mencionar também a curiosidade dessas entrevistas, onde, não identificamos ao certo o por que (poderia haver diversas explicações), o(a)s professore(a)s e o administrador que mais identificamos barreiras em seus discursos são da rede estadual do município. Por isso, não apresentamos essa uma pesquisa concluída, visto que existem diversos fatores e problemáticas aos quais não nos atemos neste trabalho, mas merecem atenção por parte dos pesquisadores, estudantes e profissionais da educação.

Diante isto, pode-se analisar que esta luta, como tantas outras entrelaçadas a ela, “remam contra uma forte maré”, mas que existem muitos braços, mentes e esforços voltados para que avancemos. Devemos continuar buscando meios e alternativas para construir uma sociedade igualitária e na luta venceremos, assim como outros venceram antes de nós.

4.2 Alternativas para a apresentação da discussão de gênero em sala de aula

Mediante os resultados encontrados acerca do trabalho com as relações de gênero em sala, um dos problemas encontrados segundo os professores entrevistados era a falta de material disponível para trabalhar essas discussões. Assim, não devemos

deixar de apresentar algumas alternativas para introduzir a temática de gênero em sala de aula.

Diante de uma educação, infelizmente, extremamente tradicional, não se pode deixar de mencionar, como suporte para melhorar essa forma de ensino, a importância do uso de diversos recursos para o desenvolvimento da aula e na construção do conhecimento por parte dos estudantes, pois, é a partir desses recursos didáticos que o professor encontrará alternativa para uma discussão mais ampla e com maior participação dos alunos, além de apresentar as temáticas discutidas aproximando-as de sua realidade, tendo em vista que “O ensino fundamenta-se na estimulação que é fornecida por recursos didáticos que facilitam a aprendizagem. Esses meios despertam o interesse e provoca a discussão e debates, desencadeando perguntas e gerando ideias.” (SANT’ANNA; MENZOLLA 2002, p. 35).

Quando se trata da temática de gênero, esses recursos não são menos importantes. Em seu trabalho, Saffioti (1987, p.6) mostra que:

através das letras das músicas populares brasileiras [...] como estes fenômenos complicados sobre os quais escrevem sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, estão presentes na vida cotidiana de cada um. Se assim não fora, o poeta, o músico, o artista, não os teriam posta em versos, em telas, em filmes. Quantas lições não se podem tirar de uma ida ao cinema, da atividade de ouvir música, de visitar museus! Basta estar atento e dispor de alguns instrumentos de análise para ir fundo no processo de esquadramento desta nossa realidade social tão injusta, iníqua, hipócrita.

Nesse sentido atribui-se importância ao uso de diversos recursos artísticos no trabalho em sala de aula, pois é através da música, da poesia e de todas essas manifestações apresentadas no dia-a-dia que podem não apenas fundamentar, mas apresentar preceitos das temáticas a serem debatidas, com base na vivência das pessoas que a fazem e da sociedade em geral, o que conseqüentemente faz relação direta com a realidade dos estudantes e desperta o interesse dos mesmos. Recursos como esses podem ser utilizados principalmente para apresentar as desigualdades e incoerências existentes em nossa sociedade, através da discussão da diversidade, de maneira que possa ser compreendida além de termos científicos e acadêmicos.

Destaca-se aqui a importância de utilizar-se de todo e qualquer elemento possível para enfatizar e despertar nos estudantes a visão de uma sociedade real, que

julga, discrimina e condena todo aquele que for diferente do que é “moralmente aceito”, usando de uma visão tradicional que de tão fixada na mente das pessoas acaba por ser tratada como algo “natural”, utilizando-se da sexualidade para justificar comportamentos desiguais e relações de poder que nada tem a ver com o sexo (GODELIER, 1981).

É importante que se mencione também, que esta discussão não apresenta apenas a maneira como o machismo e o preconceito prejudica mulheres e pessoas que se identificam com gêneros diferentes, mas, que o próprio homem, ainda que de maneira e intensidade diferente, também acaba por sofrer consequência desses fenômenos e ações, e pior, que na própria escola, essas diferenças e divisões são afirmadas e construídas.

Outra alternativa apresentada para a discussão de gênero ou trabalho com as relações de gênero em sala são as chamadas oficinas. Através de oficinas, o professor pode incentivar a participação coletiva dos estudantes mediante debates, atividades e dinâmicas relacionadas a tais reflexões. Desta forma, poderiam ser utilizados textos referentes à temática, como destacado no guia de Saúde e Prevenção nas Escolas (2006), que usa como exemplo os textos “O mito da superioridade masculina” e “A luta da mulher por seus direitos” de Maria Clarice Baleeiro (1999).

As relações de gênero são constantemente representadas nas ações e fenômenos do dia-dia, apresentando-se além do cotidiano quando surgem em filmes, poemas, músicas, textos etc. Esses fenômenos e interpretações do real presentes na arte, na literatura, no cinema e na música são convidativos para as mentes jovens construir novas perspectivas referentes às desigualdades diante da categoria de gênero e desenvolverem ações e quiçá transformações na sociedade que vivemos. Pois como um dia citou Fernandes (1995), “feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas”.

Considerações Finais

No decorrer dos séculos muitas foram as lutas na tentativa de emancipação da mulher diante das injustiças relacionadas ao seu papel na sociedade. Com o passar das décadas foram se evidenciando também as injustiças e discriminações cometidas para com pessoas que se identificam com gêneros diferentes. Tudo isso ganhou, principalmente na atualidade, grande visibilidade. Mas, pode-se afirmar, mediante todas as questões discutidas neste trabalho que nem toda visibilidade ocorreu de maneira positiva. Isto, porque as ideias que vão de encontro aos interesses burgueses, tradicionais, muitas vezes provocam reação de exclusão e ódio. Não é à toa que no caminhar desta pesquisa, fomos questionados por conservadores acerca de direitos iguais pelo alistamento militar, ou trabalhos braçais.

Por isso, enfatizamos que deve ser buscada a igualdade quando as diferenças nos discriminar e defender as diferenças quando a igualdade vir a nos descaracterizar (Santos, 1995). E o ensino de Geografia pode contribuir nesse processo.

De todo modo, evidenciou-se que independente das barreiras culturalmente e historicamente construídas, muitos são os que buscam o caminho da equidade, e ainda que seja um trabalho de “formiguinha”, como cita um dos entrevistados, é indiscutivelmente importante fazê-lo. Fazemos aqui mediante isto, uma convocação, a todos os profissionais da educação e principalmente os da Geografia para buscarem esse caminho.

Referências

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, Senado, 1998.

_____. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2017.

_____, Ministério da saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas**: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

_____. **Plano Nacional da Educação**. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014.

CAVALCANTI, L. de S. Referências Pedagógico-Didáticas para a Geografia escolar. In. **O ensino de Geografia na escola**. Papirus: Campinas-SP, p.39-60, 2012.

COSTA, C.L. **A Ausência e a presença do debate de gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio**. In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa, v2, n2, p. 76-84, ago/dez, 2011.

FACCO, Lúcia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. Espaço, **Gênero e Poder**: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 19 – 29.

FERNANDES, F. **A Contestação necessária**, retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. Ática: São Paulo, 1995.

FISCHMANN, R. **Estado Laico, Educação, Tolerância e Cidadania**: para uma análise da Concordata Brasil-Santa Sé. Factash Editora: São Paulo, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

GODELIER, M. **The Origins of Male Domination**. New Left Review: França, 1981.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1989.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Ed. E.P. U, 1986.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, L.S.do. **Geografia e Gênero: Análise de Estudos Correlativos**. In: II Congresso Internacional de Inclusão. II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. V. 1, 2016. Campina Grande.

PRIORE, M. del. **Histórias e conversas de mulher: Amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história**. 2º ed. São Paulo: Planeta, 2014.

SAFFIOTI, H. I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: <http://biblioteca-feminista.blogspot.com.br/>. Acesso em: 28 jan. 2017.

SANTOS, B. de S. **A construção multicul-tural da igualdade e da diferença**. In: Congresso Brasileiro De Sociologia: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. Rio de Janeiro.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANT'ANNA, M. I. MENZOLLA, M. **Didática: Aprender a ensinar. Técnicas e reflexões pedagógicas para a formação de fornecedores**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análises históricas. Gênero e política da história**. Nova Iorque, Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf . Acesso em: 18 jan. 2017.

SILVA, S. M. V. **Geografia e Gênero/Geografia Feminista - O que é isso?** Boletim Gaúcho de Geografia. 1998, p. 105-110. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385> Acesso em: 23 jan. 2017.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VESENTINI, J.W. **Para uma Geografia crítica na escola**. 6ª Edição. São Paulo: Editora do Autor, 2008.

_____. **Ensaio de Geografia Crítica**. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/6416122/vesentini-j-w-ensaios-de-geografia-critica/28>. Acesso em: 27 fev. 2017.

APÊNDICES



**Universidade Federal De Campina Grande
Centro De Humanidades
Curso De Licenciatura Em Geografia**

**ESTA ENTREVISTA FAZ PARTE DE PESQUISA PARA O TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GEOGRAFIA DA UFCG INTITULADO:
DISCUSSÃO DE GÊNERO NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

Questões norteadoras para entrevista com professore(a)s de Geografia

- 1- O que o(a) senhor(a) compreende por relações de gênero?
- 2- Já aconteceram projetos ou trabalhos no ambiente escolar que apresentassem em seu conteúdo as relações de gênero? Caso positivo qual a área ou professor(a) que desenvolveu o projeto?
- 3- O(a) senhor(a) acredita ser importante trazer essas discussões na disciplina de Geografia?
- 4- O(a) senhor(a) conhece alguma legislação que discuta sobre o respeito à diversidade?
- 5- O(a) senhor(a) conhece algum projeto ou documento encaminhado pelo MEC que discute sobre as relações de gênero?
- 6- A disciplina de Geografia usa os temas transversais nas aulas? Caso positivo de que forma?
- 7- O(a) senhor(a) acredita que o trabalho referente as relações de gênero, dentro da escola, podem influenciar para diminuir os preconceitos e discriminações no espaço escolar e na sociedade? De que forma?
- 8- A gestão escolar incentiva o(a)s professore(a)s a trabalhar com esta temática na escola? Caso positivo de que forma?



**Universidade Federal De Campina Grande
Centro De Humanidades
Curso De Licenciatura Em Geografia**

**ESTA ENTREVISTA FAZ PARTE DE PESQUISA PARA O TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GEOGRAFIA DA UFCG INTITULADO:
DISCUSSÃO DE GÊNERO NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

Questões norteadoras para entrevista com a Administração Escolar

- 9- O que o(a) senhor(a) compreende por relações de gênero?
- 10- Já aconteceram projetos ou trabalhos no ambiente escolar que apresentassem em seu conteúdo as relações de gênero? Caso positivo qual a área ou professor(a) que desenvolveu o projeto?
- 11- O(a) senhor(a) acredita ser importante trazer essas discussões para dentro da escola?
- 12- O(a) senhor(a) conhece alguma legislação que discuta sobre o respeito à diversidade?
- 13- O(a) senhor(a) conhece algum projeto ou documento encaminhado pelo MEC que discute sobre as relações de gênero?
- 14- A escola ou professore(a)s trabalham com os temas transversais? Caso positivo de que forma?
- 15- O(a) senhor(a) acredita que o trabalho referente as relações de gênero, dentro da escola, podem influenciar para diminuir os preconceitos e discriminações na sociedade? De que forma?
- 16- O(a)s professore(a)s de Geografia já desenvolveram algum trabalho na escola sobre a questão de gênero?

Entrevista – Administrador 1

L- O que o senhor compreende por relação de gênero?

A- Relações de gênero na verdade são... são um plural. A gente entende que as relações de gênero se pautam sobretudo nas disputas que existem nas relações de poder entre os gêneros, né... Diga-se no primeiro momento homem e mulher, mas hoje existem outras aberturas para outras características relacionadas aos gêneros, então... a questão Trans, a questão LGBT, e por aí vai, não necessariamente só a figura do masculino e do feminino.

L- Já aconteceram projetos ou trabalhos no ambiente escolar que apresentassem em seu conteúdo as relações de gênero? Caso positivo qual a área ou professor que desenvolveu o projeto?

A- Bem, já aconteceram... é, projetos relacionados as questões de gênero na nossa escola. Esses projetos quase sempre são elencados ou pensados pelos professores... e algumas vezes por mim, que sou o supervisor da escola, não é. Mas... a gente procura trabalhar... geralmente de forma interdisciplinar, não é... não se fechando a questão da disciplina de Geografia ou história, mas com todos os componentes curriculares que temos aqui, na verdade são nove né... É... então, nós trabalhamos... Ano passado o ultimo que a gente trabalhou foi relacionado a cultura do estupro, né... A professora de língua portuguesa... é, desenvolveu um trabalho com os alunos de oitavo e nono ano sobre a temática. Nessa proposta eles trabalharam em sala de aula com a obra literária chamada “o abraço” e depois fizeram uma produção de painéis temáticos... esses painéis voltados para a valorização da figura feminina e aos direitos que a mulher tem em relação ao que seria o estupro, não é... e aí foi contextualizado que hoje, o que se entende por estupro não é necessariamente a conjunção carnal, mas só o fato de haver uma... uma... uma violência simbólica... ou uma forma de falar, já se encaixa nessa perspectiva... então foi trabalhado. Tudo isso né... foram discutidos também, os casos de estupro que estavam acontecendo no município de Lagoa Seca, não é... Alunos trouxeram relatos, sem trazer nomes claro por questões éticas, mas nós sabíamos que aquilo tinha acontecido no município... então tudo isso foi... trazido né... foi trabalhado.

L- O senhor acredita ser importante trazer essas discussões para dentro da escola?

A- Sim, acredito, não é... quando a gente fala em toda e qualquer discussão que diga respeito a aceitação do outro como ele é... e a vivência de uma sociedade que... é... tente se tornar mais justa e mais equânime entre as pessoas... então é válido sim. A gente vê na escola que... infelizmente essas atitudes ainda são muito recorrentes nos nossos estudantes, por que eles absorvem muito do que é passado pela grande mídia, pela família, pelos... por N's aspectos culturais que envolvem, que os envolvem, então esses aspectos são pautados muitas vezes nessa desigualdade nessa relação de gênero que é desigual, sobretudo para a questão feminina. E também a gente vai além, não é... por que quando se fala em relação de gênero, a gente enquanto escola entende dessa forma... não é só o feminino que está em jogo, mas inclusive a figura do masculino, não é... e a gente também buscou, trabalhar isso com os meninos. Então o menino, ele é tido como o que tem que tomar iniciativa, como aquele que não pode ter certas atitudes, senão vai ser tratado como “frutinha”, como “viado”, numa linguagem bem deles... nem

é. Então, esse machismo, essa... essa perversidade dessas relações de poder que são trazidas pelas disputas de gênero, não é.... são colocadas em prática na sala de aula todo dia, então nesse sentido, trabalhar essas questões é sempre importante... a gente concorda que ela deve ser feita. Muito embora exista muita resistência de alguns setores da sociedade, não é.... inclusive alguns educadores, professores... ainda são muito resistentes a temática, por mesmo desconhecer, não é.... porque na maioria das vezes quando sai o desconhecimento, a gente cria falas do tipo... que... aquilo não é um conhecimento bom, que vai incentivar as meninas a terem uma sexualidade mais cedo do que deveriam, que as crianças se tornem homossexuais, não é isso? Existe uma gama de pressões externas aos nossos professores, a comunidade escolar como um todo... isso acontece o tempo todo inclusive na mídia... a gente tem setores conservadores que estão presentes em vários elementos da sociedade sejam eles no aspecto religioso, no aspecto político, não é.... que acabam interferindo de alguma forma na escola.

L- O senhor conhece alguma legislação que discuta sobre o respeito à diversidade?

A- Olha... quando se fala em legislação, nós temos as leis que norteiam as relações étnicas, essa daí é a que eu conheço, que diz sobre a aceitação da cultura afro e a que fala sobre a questão indígena. Essas leis falam desses aspectos específicos sobre as relações de... entre Étnicas na escola. Em relação as questões de gênero, não existe uma lei, pelo menos ao meu conhecimento que obrigue ser tratado na sala de aula questões transversais relacionadas ao gênero.... Mas nem tudo que está na lei, que não está na lei, necessariamente a gente deixa de trabalhar... então, aqui na escola, se a gente pega a lei que trata relacionado a questão afro e trata as relações indígenas a gente traz para as relações de gênero.

L- O senhor conhece algum projeto ou documento encaminhado pelo MEC que discute sobre as relações de gênero?

A- Olhe, em específico, para chegar aqui na escola não... nós não... não tivemos, pelo menos até onde eu conheço. Mas eu sei que existem políticas públicas, ou pelo menos existiam né... porque... de 2016 para cá a perspectiva política do nosso país mudou. Então nesse sentido a gente não tem nenhum material ou livro didático por exemplo que trabalhe com gênero não é.... e o fato de não existir um livro didático que... específico. Não impede que o professor o que a escola trabalhe... não é.... a gente acha que é uma fala meio engessada, quando o educador vem dizer... ah, por que não tem no livro, por que a gente não tem material na escola a gente não pode trabalhar... hora! A gente vive no século XXI, nós temos acesso a milhares de meios de comunicação, a internet está aí para nos ajudar, existem blogs relacionados a temática de gênero, existem sites, existe muito material acadêmico, não é.... nas plataformas das universidades, nas pós-graduações. Então... reclamar de conteúdo, reclamar de não ter material e bastante polêmico... né... eu acho que isso é uma justificativa para quem não quer fazer.

L- O senhor acredita que o trabalho referente as relações de gênero, dentro da escola, podem influenciar para diminuir os preconceitos e discriminações na sociedade? De que forma?

A- Sim, claro. A escola, como eu já te falei, é o espelho da sociedade, não existe escola aquém da sociedade e não existe sociedade aquém da escola, não é.... o próprio contexto da sociedade moderna é pautado no surgimento das escolas... nessa perspectiva, o trabalho na escola é um trabalho de formiguinha, por que muitas vezes é o único lugar onde o aluno tem acesso a essas informações, muitas vezes ele vem de uma cultura onde é pregado a inferioridade feminina, a não obtenção de direitos LGBT e por ai vai... E quando ele chega na escola é um ambiente onde em tese deveria ser quebrado esses preconceitos, deveriam ser apresentadas novas perspectivas de aceitação do outro como ele é... de... de diversidade... pluralismo cultural... Tudo isso acaba sendo absolvido. Mas como eu te falei as dificuldades ainda são muito grandes.

L- Os professores de Geografia já desenvolveram algum trabalho na escola sobre a questão de gênero?

A- Sim, mas como eu te falei, eles trabalham numa perspectiva interdisciplinar, e também da própria apresentação dos conteúdos de geografia, não é.... principalmente quando parte para a Geografia Humana... é.... e a construção do século XX.... e.... aí a gente pensa nos movimentos sociais que vão surgir, entre esses o movimento feminista, os movimentos relacionados ao uso da pílula.... Tem uma frase dos movimentos sociais que diz o seguinte, que a mulher deve estar aonde ela quiser, não é.... Então, isso é bastante simbólico, para as relações de gênero, para as relações que envolvem as mulheres, no sentido que que.... é.... realmente, na sociedade nossa atual, ela tem direito a esses espaços, que são espaços de luta, espaços de reivindicação, que nem sempre são tratados de forma bondosa não é.... A feminista, ela é vista como alguém que é errada na sociedade, ou alguém que não quer ver princípios da moral e do bom costume, não é.... que são termos bem machistas... então acho que projeto específico da área, não tenha tido, exceto no ano passado no projeto sobre estupro, que a professora de geografia trabalhou uma peça, né... então até que ponto vai esses espaços né... ficou bastante interessante.

Entrevista – Administrador 2

L- O que a senhora entende por relações de gênero?

A- Não entendi a pergunta...

L- O que a senhora acha que compreende as relações de gênero... os papéis de gênero na sociedade?

A- Não sei te responder... é.... desconheço.

L- É algo referente aos papéis desempenhados na sociedade... as divisões de papéis sociais dos sujeitos, isso relacionado ao gênero... exemplo: o papel desigual da mulher na sociedade perante ao papel masculino Já foram trabalhadas essas questões em sala, por algum professor, ou até mesmo pela administração escola?

A- Não, nunca foi apresentado isso em sala não...

L- A senhora acha importante trazer essas questões para dentro da escola?

A- Com certeza, seria muito importante trazer isso para dentro da escola que... até porque é uma vivência né.... Que a gente vive no nosso dia a dia.

L- A senhora conhece alguma legislação referente a essa temática?

A- Não.

L- A senhora conhece algum documento elaborado pelo MEC, que abarque essas questões para serem trabalhadas na escola?

A- A gente ouve falar sim, sobre assim, até que é obrigatoriedade a discussão de gênero... da relação de gênero na escola. Agora documento em si... em mão, não.

L- A escola trabalha os Temas Transversais?

A- Sim, trabalha com ... em relação assim, ao sistema de sexualidade e políticas públicas... sociais, algumas sociais...

L- A senhora acha que esse trabalho, dentro das escolas pode contribuir com a diminuição dos preconceitos e discriminações que existem em sociedade ou na própria escola?

A- Com certeza, de todas as formas...

L- Quais formas?

A- Quais formas em que sentido?

L- De que maneira ela pode contribuir?

A- Até assim, para contribuir com o esclarecimento dos alunos, está entendendo... pra... para eles terem uma visão melhor sobre o assunto, até porque eles discriminam sem saber o que tão fazendo...

L- Okay... Os professores de Geografia desenvolvem algum trabalho na escola sobre essa questão, referente as relações de gênero?

A- Creio que não... que chegue ao meu conhecimento não.

L- Okay, muito obrigada por sua colaboração!

Entrevista – Professor 1

Obs.: Devido ao professor não permitir a gravação, a entrevista abaixo foi escrita à mão, desta forma, pode estar passível a mudança de palavras. Mas, afirmamos que foi feita de maneira a preservar o sentido de cada afirmação.

L- O que o senhor entende por discussão de gênero?

P- Hm... é aquela questão de homem, mulher, gay, né?

L- Também, mas o senhor entende que vai além disso né, é mais sobre o papel deles na sociedade, questão de direitos e tal.

P- Hm....

L- E sobre os trabalhos relacionados as essas questões. Algum professor, ou até o senhor mesmo já trabalhou na escola?

P- Rapaz, não. Acho que os pais que devem ensinar essas coisas em casa.

L- Hm.... Mas no caso nenhum professor trabalhou, que o senhor saiba?

P- Não sei. Alguns trabalharam cultura afro, e teve umas apresentações sobre estupro.

L- O senhor acha importante trabalhar essas questões na disciplina de geografia? ... o senhor sabe que é mais sobre direito, respeito... Tolerância e liberdade do outro né, não tem isso de sexualidade, não de maneira solta.

P- Hm, eu sei, mas isso tem que vir de berço, a gente está aqui para ensinar a eles os conteúdos, o que é a geografia.... Essas coisas, até por que, você que está na universidade sabe né, é o que cobram no Enem... aí cobram isso a gente também... tem que ver isso.

L- Entendo... O senhor acha que no caso, a Geografia não tem esse papel também... de formar um cidadão consciente, que respeite as diferenças? Por que o senhor sabe, a sociedade é bem diversificada, e muitos alunos não tem no seu meio, algo que mostre que é importante respeitar o outro além dessas diferenças... a questão da mulher também... o senhor não acha isso?

P- Acho sim, lógico que acho, mas essa questão de respeito é mais de berço, como eu te disse, o professor não está aqui para dar educação a ninguém, educação vem de casa...

L- Eu entendo.... Mas o senhor vê a escola como um ambiente formador né, que forma o cidadão para viver em sociedade?

P- Claro, a escola é para isso né.

L- Okay, muito obrigada!

Entrevista – Professor 2

L- O que a senhora entende por relações de gênero?

P- Ah... o que entendo sobre relações de gênero é que o homem, muitas vezes ele tem... sua... muitas vezes ele tem a sua individualidade, mas assim a mulher... por mais que procure, mas ela ainda é muito discriminada... na sociedade, mas que... ela já conseguiu muita coisa, mas que... ainda tem muito a conquistar.

L- Já houveram trabalhos sobre relações de gênero na escola?

P- Na escola já ouvi... é... questões de atividades de... dramatizações e de... em que mostrava o homem com relação a violência contra a mulher... caso que adolescentes iam ser os pais, muitas vezes de... é... usuários de drogas, de bebidas... é... que abusavam de violência contra a mulher, em casa, com a família.

L- A senhora acha importante trazer essas questões para a aula de Geografia?

P- É de extremamente importância, por que... essa questão do homem... da mulher ser submissa ao homem... então no nosso mundo, então... nessa violência que está, a nível de Brasil, a nível de Estado e a nível de município também... Que a violência está muito grande, e quando a gente ensina, interdisciplinar, a gente... há uma necessidade de trazer também, as relações de gênero para a disciplina.

L- A senhora conhece alguma legislação que abarque essas questões, no caso da educação?

P- Eu não... não... perai...

L- Pode falar.

P- Eu não conheço nenhuma obrigação, mas assim... na realidade, no que a gente vê no dia-a-dia... a gente sente a necessidade de trazer essa... essa discussão para a sala de aula.

L- A senhora conhece algum projeto ou documento enviado pelo MEC que discuta sobre relações de gênero?

P- Sobre o documento encaminhado pelo MEC... eu... até o momento eu desconheço.

L- Em suas aulas, a senhora utiliza os temas transversais? Se sim, de que maneira?

P- A gente utiliza sim na sala de aula, os temas transversais, por que, português é com atividades tanto de textos de Geografia, como Geografia procura também... como texto de ciência... e a gente procura... é... fazer esses temas em sala de aula. E a gente faz em forma de dramatizações de músicas, de pintura...

L-A senhora acredita que trazer esses trabalhos para educação podem influenciar para diminuir preconceitos e discriminações na escola e na sociedade?

P- Acredito sim que o preconceito e a discriminação em sala de aula, quando a gente faz as atividades... é... de músicas, de ... dramatizações, é, a gente vê que os alunos eles descobrem que... realmente, aquilo faz bem... então trazer, do papel, mas também trazer da realidade em sala de aula e também para que ele, sinta também que ele faz parte de uma sociedade da qual, ali está contando a atual realidade... muitas vezes dele.

L-E a gestão escolar, incentiva o trabalho com esse tema na escola?

P- A gestão escolar incentiva sim, o trabalho com relações de gênero na escola... é... para que a gente possa colocar, os meninos, fazendo atividades até de disputa né... em sala de aula... através de gincana, através de atividades em sala de aula em todas as disciplinas, português, matemática, geografia... para ver o qual mais se destaca e a gente vê o avanço muito bom dos meninos, mas vê mais das meninas.

L- Okay, obrigada!

Entrevista - Professor 3

L- O que o senhor entende por relações de gênero?

P- O que eu compreendo você quer saber né... o que eu entendo é a relação entre o aluno e a aluna, certo... e agora, só que eu acho, pelo menos no caso da mulher, mais dedicada do que o homem, em sala de aula.

L- Já houveram trabalhos na escola que trouxessem essa temática?

P- Não ouve trabalho nenhum... não.

L- O senhor acha importante trazer esses trabalhos para a disciplina de Geografia?

P- Eu acho fundamental, justamente para a gente... é... decidir e observar, exatamente o desempenho entre o aluno e a aluna.

L- O senhor conhece alguma legislação que abarque essas temáticas?

P- Eu conheço justamente o constitucional né... que os direitos são iguais a todos.

L- O senhor conhece algum documento enviado pelo MEC que abarque essas questões?

P- Conheço, exatamente sobre a lei de diretrizes e bases que fala... é... que fala especificamente sobre essa relação, entre o aluno e a aluna.

L- O senhor utiliza os Temas Transversais em suas aulas?

P- Usamos, nesse caso, em vez e quando, acontece... especificadamente na Geografia humana.

L- O senhor acha que trazer essas temáticas para a escola, a sala de aula, pode contribuir com a diminuição de preconceitos e discriminação, tanto na escola quanto na sociedade?

P-

L- O senhor pode falar.

P- Sem sombra de dúvidas sim, porque exatamente para eles chegarem à conclusão que todos são iguais perante a lei.

L- A gestão escolar incentiva esses trabalhos na escola?

P- Não incentiva... Só que, cada professor.... Ele coloca inclusive no seu conteúdo programado, o que vai desempenhar.

L- Muito obrigada!

Entrevista – Professor 4

L- O que o senhor compreende por relações de gênero?

P- Assim, a gente vê, que as relações de gênero tratam das... diferenças né... de homem... mulher... homossexual também, sobre tudo isso.

L- Aqui na escola, já aconteceram trabalhos sobre essas temáticas, se sim quais professores trouxeram esse debate?

P- Assim, que eu saiba não.

L- Mas o senhor acha importante apresentar essas questões na escola, em sala, na disciplina de Geografia?

P- Acho sim, em todas né.... Mas é tanto conteúdo para passar que as vezes nem dá tempo né.... Você sabe que a vida de professor não é fácil. Tem muito trabalho, pouco tempo e principalmente, salário que é bom...

L- Entendo... e sobre legislação, o senhor conhece alguma que fale sobre a utilização de temas sobre diversidade?

P- É.... não, ao meu conhecimento não.

L- Mas o senhor conhece algum documento, que seja repassado pelo MEC, ou algum órgão da educação, que traga esses temas.

P- Não, pode ter....., mas em minhas mãos não chegou esse documento não.

L- O senhor acredita que o trabalho referente as relações de gênero, dentro da escola, podem influenciar para diminuir os preconceitos e discriminações no espaço escolar e na sociedade?

P- Acredito que sim, tem que entender essas diferenças né... acho que sim.

L- A gestão da escola, incentiva esses trabalhos aqui na escola?

P- Não, até onde eu saiba não.